



1           **Ata da Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de**  
2   **Lagoa Santa 24 de Julho de 2024.**

3    Aos 24 dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e quatro, o  
4    Conselho Municipal de Saúde reuniu-se presencialmente e participaram da  
5    reunião, a Presidente interina, Sra. Érlida Rodrigues dos Santos Almeida,  
6    Vice Presidente interina, Sra. Niuza Rezende Calonge, a Secretária  
7    Executiva Sra. Wanessa Alves Ferreira e os Srs. (as) Conselheiros (as)  
8    Municipais de Saúde a seguir relacionados: 1- Simone Coelho Bernardino 2-  
9    Dennes Ricardo Muneirão Bernardino 3- Antonia Cândida Alves 4- Matteus  
10   Yuri Antero Bento 5- Sergio Henrique Monteiro de Carvalho (Usuários) 6-  
11   Renata de Fátima da Silva Cordeiro 7- Karina Vaz de Melo Sales Furbino  
12   (Trabalhadores) 08- Francislaine Pereira de Almeida 9- Wellington Fonseca  
13   Monteiro (Gestão). Como convidados estiveram presentes as seguintes  
14   pessoas: Luzinette de Aquino de França, Débora Laura Cascine Peixoto,  
15   Angelita Kindlemam, Eduardo Del Guerra Cesar, Gustavo Teixeira. Os  
16   membros do Conselho foram convocados por comunicado eletrônico (e-  
17   mail/WhatsApp) para deliberarem sobre as seguintes pautas: 1- Cuidar  
18   Joana Darc 2- Contratação de ACS para o Cuidar Aeronautas 3- Conselho  
19   de Proteção Animal 4- Ciência do relatório da auditoria do Hospital Lindouro  
20   Avelar 5- Apreciação e aprovação do Plano do Núcleo de Vigilância em  
21   Saúde relativo ao VigiMinas – Programa de Fortalecimento do Sistema  
22   Estadual de Vigilância em Saúde 6- Aparelhos de radiografia odontológica e  
23   eletrocardiograma 7- Moradores de rua 8- Saúde mental 9- Implementação  
24   das diretrizes desenvolvidas pela UNIGETES nos moldes do realizado na  
25   UBS do Palmital, referentes ao Fluxo de Abordagem de Episódios de  
26   Violência nos Serviços de Saúde de Lagoa Santa/MG. A Sra. Érlida Almeida  
27   iniciou a plenária, dando ciência da ação realizada pelo CMS e UNIGETES  
28   no Cuidar Joana Darc no dia 19 de julho, onde foi realizada a escuta e  
29   acolhimento da equipe diante da denuncia realizada anteriormente pela  
30   equipe. Informou que devido ao período eleitoral, o jurídico do município  
31   solicitou um prazo para analisar se podem ser implantados conselhos locais  
32   de saúde (CLS) durante esse período. Assim, o CMS continuará realizando  
33   o acolhimento da equipe até que seja recebida a resposta do jurídico ou o



34 fim do período eleitoral para a implantação do CLS. Em seqüência informou  
35 sobre ofício encaminhado a respeito da contratação de ACS para o Cuidar  
36 Aeronautas que foi levantado na última reunião, e contudo ainda não se  
37 teve retorno. Após, alterou-se a ordem da pauta visto que alguns ainda não  
38 haviam chegado. Assim, a Sra. Érlida Almeida passou para a pauta de  
39 ciência sobre o recebimento do relatório da auditoria do Hospital Lindouro  
40 que trás o resultado das investigações do Hospital. O relatório foi  
41 encaminhado para cada conselheiro realizar a leitura. O Sr. Wellington  
42 Monteiro informou que a Secretaria Municipal de Saúde respondeu a todos  
43 os questionamentos, que foram aceitos e assim foram suspendidas todas as  
44 sanções que seriam aplicadas a Secretaria Municipal de Saúde. Informou  
45 ainda que o Hospital Lindouro Avelar não apresentou nenhum recurso em  
46 relação às sanções que lhe foram aplicadas. A respeito da pauta sobre os  
47 aparelhos de radiografia odontológica e eletrocardiograma o Sr. Wellington  
48 Monteiro informou que foram comprados 15 aparelhos de  
49 eletrocardiograma, e que estão somente aguardando a entrega para definir  
50 para quais locais eles serão liberados, dando prioridade para os que estão  
51 sem, e os mais antigos que serão substituídos. Dando seguimento à pauta o  
52 Sr. Eduardo Cesar juntamente com o Sr. Gustavo Teixeira falaram sobre o  
53 Conselho Municipal de Atenção, Proteção, Defesa e Assistência dos  
54 Animais. Informaram que foi encaminhado ao Legislativo propostas de  
55 alteração na Lei 5.175 de 10 de Novembro de 2023. Sendo elas: Art. 9º,  
56 onde indicava que o Conselho seria formado por 14 representantes, foi  
57 alterado para 08 representantes, cada um com seu respectivo suplente. No  
58 §1º, I onde indicava 05 representantes do Executivo Municipal passou a ser  
59 04 representantes. A alínea “e”, que foi revogada da Lei. No inciso II o texto  
60 foi alterado para 01 representante de ONG, e no inciso III o texto foi alterado  
61 para 02 representantes da sociedade civil munícipes com interesse na  
62 causa animal. Os conselheiros informaram que o principal questionamento  
63 na reunião passada foi sobre o Fundo Municipal deste Conselho. O Sr.  
64 Eduardo informou que a Lei cria o Conselho e o Fundo dizendo em seu  
65 artigo 4º o que constitui a receita do Conselho. O Sr. Dennes Bernardino  
66 falou sobre a abrangência do inciso IX do Art. 4º da Lei, que diz que  
67 constitui receita do Fundo Municipal de Atenção, Proteção, Defesa e



68 Assistência dos Animais “outras receitas eventuais” o que pode dar margem  
69 para retirar valores destinados à saúde. Sugeriu, portanto que fosse  
70 encaminhado ao jurídico questionamento quanto à possibilidade disso  
71 acontecer e também a possibilidade deste inciso ser retirado ou modificado  
72 de forma a deixar claro de onde mais sairiam essas “eventuais receitas”.  
73 Todos concordaram com o encaminhamento. Além disso, discutiu-se a  
74 necessidade de encaminhar ofício à Secretaria de Saúde informando sobre  
75 possível alteração da alínea “d” do inciso “I” do parágrafo primeiro do Art. 9º  
76 da lei que cita que o Conselho será composto por 05 (cinco) representantes  
77 do Poder Executivo Municipal, e dentre eles está o Conselho Municipal de  
78 Saúde, e entendendo o CMS não ser parte do Executivo, sugeriu-se a  
79 alteração do texto, retirando o CMS deste inciso, e colocando em lugar  
80 separado. A Sra. Wanessa Ferreira informou que a Sra. Inêz Alves  
81 manifestou interesse em fazer parte do Conselho e perguntou se mais  
82 alguém presente gostaria de fazer parte do Conselho. O Sr. Sérgio  
83 Henrique se dispôs a fazer parte. Para decidir quem será o titular e o  
84 suplente o Sr. Dennes sugeriu que fosse feita votação, assim a Sra. Érlida  
85 Almeida informou que na plenária do mês de Agosto essa votação poderá  
86 ser realizada. Em seguida os Srs. e Sras. Eduardo Cesar, Gustavo Teixeira,  
87 Francislaine Almeida, Angelita Kindlemam e Débora Peixoto realizara a  
88 apresentação do Plano do Núcleo de Vigilância em Saúde relativo ao  
89 VigiMinas – Programa de Fortalecimento do Sistema Estadual de Vigilância  
90 em Saúde. Falaram sobre o objetivo do programa que é implementar o  
91 Sistema Estadual de Vigilância em Saúde de Minas Gerais (SEVS-MG),  
92 promovendo maior articulação entre os atores federados e ampliando a  
93 eficiência das ações de vigilância em saúde, ao fortalecer seu  
94 planejamento, sua gestão e sua execução em Minas Gerais. Dessa forma, o  
95 Programa VigiMinas estruturou-se em quatro etapas sendo elas diagnóstico  
96 municipal com identificação das potencialidades e fragilidades das gestões  
97 municipais na execução das ações e serviços de Vigilância em Saúde;  
98 Construção conjunta do Sistema Estadual de Vigilância em Saúde;  
99 Elaboração dos Planos Municipais de Implementação do SEVS-MG com  
100 base em modelos definidos; E execução e monitoramento das ações  
101 previstas nos Planos Municipais de Implementação do SEVS-MG. Os



102 Planos Municipais de Implementação do SEVS-MG serão construídos por  
103 cada um dos 853 municípios mineiros e a execução das ações previstas se  
104 iniciarão a partir de 2024. Explicaram o que é a Vigilância Epidemiológica e  
105 as atividades que ainda não foram realizadas no município como garantir a  
106 capacitação e/ou atualização técnica da equipe (Calendário Nacional de  
107 Vacinação, Sistemas de Informação, Coberturas vacinais, ESAVI, CRIE);  
108 Disponibilizar um pediatra ou infectologista; Ampliar possíveis espaços de  
109 vacinação; Fomentar a análise permanente da situação de saúde (sala de  
110 situação); Apresentar o perfil epidemiológico municipal na Comissão  
111 Intergestores Bipartite, Conselho Municipal de Saúde, Conselho de  
112 Secretarias Municipais de Saúde – Regional; Estimular a avaliação dos  
113 dados junto à Rede de Atenção à Saúde; Apresentar o perfil epidemiológico  
114 municipal nos Comitês internos da Secretaria Municipal de Saúde;  
115 Fortalecer Comitês internos, para funcionamento continuado; Capacitar  
116 equipe para trabalhar sistemas de informação; Fomentar o funcionamento  
117 rotineiro da sala de situação permanente para discussão e interpretação dos  
118 dados do município; Garantir pelo menos uma pessoa capacitada com o  
119 curso de aperfeiçoamento ministrado pelo Ministério da Saúde (Programa  
120 de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único  
121 de Saúde); Analisar informações sobre o perfil epidemiológico da população  
122 e as doenças e agravos de interesse epidemiológico, a fim de embasar as  
123 campanhas de comunicação e ações de mobilização social em educação  
124 em saúde; Sobre a Zoonoses e Vigilância Ambiental falaram sobre as  
125 estratégias de prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores  
126 que consiste em realizar ações de prevenção e controle de vetores; Realizar  
127 ações de vigilância e manejo ambiental das epizootias; Identificar e informar  
128 sobre alterações do padrão epidemiológico de ocorrência das doenças  
129 zoonóticas, arboviroses e acidentes com animais peçonhentos; Integrar  
130 setores e ações para o controle de vetores, vacinação, educação em saúde  
131 e manejo integrado; Definir protocolos de resposta e mobilizar recursos para  
132 controle em caso de surtos e epidemias; Articular com a SES-MG, central  
133 técnica de UBV, imunização, comunicação e mobilização social, redes de  
134 assistência, regulação, FUNED, além de outras áreas para além da saúde,  
135 bem como MS e SMS; Realizar previsão orçamentária e financeira dos



136 recursos destinados às arboviroses; Elaborar e seguir o plano municipal de  
137 contingência de arboviroses (PMC); Realizar a previsão orçamentária e  
138 financeira dos recursos destinados às zoonoses e animais peçonhentos;  
139 Elaborar e atualizar continuamente os instrumentos norteadores  
140 (orientações, protocolos, manuais, NT), de planejamento e gestão;  
141 Estratégias de prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores  
142 monitoramento dos indicadores relacionados em instrumentos de gestão,  
143 dos sistemas oficiais de informações e dos instrumentos de coletas de  
144 dados indicados pelas áreas técnicas; Utilizar os boletins epidemiológicos  
145 de arboviroses elaborados e divulgados pela SES-MG para tomada de  
146 decisões e ações no enfrentamento; Realizar o monitoramento do cenário  
147 epidemiológico das arboviroses; Monitorar os indicadores estabelecidos no  
148 plano municipal de contingência de arboviroses ter equipe para a realização  
149 de ações de campo - 50 ACE's; Capacitação contínua em zoonoses e  
150 arboviroses das equipes de campo; Dispor do quantitativo mínimo de ACE  
151 conforme portaria do MS (deveriam ser 55 agentes territorializados);  
152 Garantir a realização de exames e a saúde dos trabalhadores dos ACE's;  
153 Disponibilizar computadores e internet com capacidade adequada às  
154 necessidades do trabalho; Disponibilizar transporte e equipamentos para a  
155 realização das ações de campo. Disponibilizar material de anotações,  
156 sacolas e insumos para a equipe de controle vetorial. Disponibilizar EPI  
157 para a equipe de controle vetorial. Após, em se tratando de Vigilância em  
158 Saúde Ambiental, falaram sobre a qualidade da água para consumo  
159 humano onde se deve identificar e cadastrar as formas de abastecimento de  
160 água no Sisagua; Definir fluxo de envio da amostra de água para análise e  
161 recebimento do laudo; Elaborar plano de amostragem, considerando os  
162 parâmetros como coliformes totais, escherichia coli e residual desinfetante;  
163 Disponibilizar profissional capacitado para realizar a coleta de amostra de  
164 água; Garantir logística de envio da amostra de água para o laboratório.  
165 Monitorar decretos de emergência em saúde pública para: Período chuvoso  
166 e período de seca e estiagem. Em seqüência, sobre a Vigilância em Saúde  
167 do Trabalhador a Sra. Débora explicou sobre a busca ativa nas redes de  
168 saúde públicas e privadas com relação aos agravos de saúde – CATE's e  
169 doenças relacionadas ao trabalho; Investigações epidemiológicas de saúde



170 do trabalhador - Busca ativa pelas fichas do SINAN entregues na  
171 epidemiologia e também as demandas enviadas MPT ou Resolução SES  
172 8383; Investigações de óbitos caso tenha nexos com o trabalho (SINAN);  
173 Análise de situação de saúde do trabalhador - Visitas junto com a Vigilância  
174 Sanitária; Orientação às unidades de saúde quanto ao registro das DART's  
175 para que em conjunto se alcance as melhores ações para esse trabalhador;  
176 Ações de promoção de saúde do trabalhador - Blitz, vacinação de  
177 professores, ACE's-Imunização, parcerias com a Translago/  
178 Bombeiros/Escolas ações educativas de saúde do Trabalhador; Saúde do  
179 Trabalhador; Articulação com conselho municipal de saúde - Implementação  
180 da CISST; Metas 8383: 09 visitas a estabelecimentos diversos (VISAT), 10  
181 investigações de agravos à saúde; Respostas às demandas do MPT;  
182 Realização de articulação junto a comunicação para divulgação em canais  
183 próprios de informações sobre a saúde do trabalhador; Atividade educativas  
184 (SIA-SUS) -Acompanhamento dos lançamentos das ações pendente;  
185 Indicadores das ações feitas e demandas reportadas - boletim construção;  
186 As VAPT's e as investigações das DART's são lançadas em um formulário  
187 enviado pelo CEREST regional (Google Forms); Os formulários preenchidos  
188 são computados como metas do município e enviados para regional  
189 CEREST; Atualizar Plano Municipal de Saúde de acordo com os itens do  
190 VIGIMINAS( 2025). Sobre a Vigilância Sanitária falaram sobre gerenciar os  
191 sistemas de informação em vigilância sanitária a nível local; Manutenção e  
192 atualização das informações acerca dos estabelecimentos sujeitos ao  
193 controle sanitário localizados no município; Licenciamento sanitário de  
194 estabelecimentos que realizam atividades econômicas de alto risco sanitário  
195 (nível III), segundo pactuação entre estado e município; Licenciamento  
196 sanitário simplificado dos estabelecimentos que realizam atividades  
197 econômicas de nível de risco ii; Monitoramento das condições sanitárias dos  
198 estabelecimentos de baixo risco; Acolhimento e apuração de denúncias;  
199 Atendimento de requerimentos das instituições de justiça; Atuação da visa  
200 na investigação epidemiológica de surtos de dth/pies/dtah; Monitoramento  
201 da qualidade dos produtos sujeitos ao controle sanitário; Monitoramento de  
202 eventos relacionados à assistência à saúde; Capacitação e qualificação dos  
203 técnicos da vigilância sanitária; ações de comunicação, informação, alertas





204 e educação para a população e setor regulado; Repasse de informações  
205 entre os entes do SNVS e parceiros; Exercício do poder de polícia  
206 administrativa. Sobre a Vigilância Laboratorial informaram que ainda falta  
207 ter infraestrutura básica que acondicione de maneira adequada as amostras  
208 e insumos destinados à vigilância laboratorial (ambiente climatizado,  
209 refrigerado, etc.). Todos os conselheiros presentes aprovaram o Plano.  
210 Dando seguimento à reunião, a Sra. Érlida Almeida informou que na  
211 plenária do mês de Agosto será feita eleição para recomposição das  
212 cadeiras de 1º Secretário e 2º Secretário, que deverá ser ocupada por um  
213 representante de usuários e um representante da gestão. Informou que no  
214 momento não serão indicados suplentes para os conselheiros que foram  
215 designados para a cadeira de titulares até que se defina se os Srs. Joel Sá  
216 e Breno Costa irão retornar ou não, visto que os mesmos solicitaram  
217 afastamento em decorrência do período eleitoral e caso não vençam  
218 poderão retornar às suas posições dentro do CMS. Dando seqüência a  
219 pauta, a Sra. Niuza Rezende Calonge passou para a pauta que trata a  
220 respeito da implementação das diretrizes desenvolvidas pela UNIGETES  
221 nos moldes do realizado na UBS do Palmital, referentes ao Fluxo de  
222 Abordagem de Episódios de Violência nos Serviços de Saúde do município.  
223 A Sra. Wanessa Ferreira explicou que o objetivo da pauta é solicitar apoio  
224 da UNIGETES na implementação do CLS no Cuidar Joana Darc, levando  
225 como base o trabalho feito no Cuidar Palmital, que teve como principal foco  
226 a intervenção para as questões de violência que estavam acontecendo na  
227 unidade, o que infelizmente também está ocorrendo no Cuidar Joana Darc.  
228 Assim, o Sr. Eduardo César, Coordenador da Vigilância informou que a  
229 UNIGETES está com seu corpo técnico reduzido contando apenas com as  
230 servidoras Marilene e Andrêza que no momento está de férias, e com o  
231 apoio eventual da servidora Karina Furbino, que não faz parte da equipe da  
232 UNIGETES. Falou que a UNIGETES está a disposição para ajudar realizar  
233 essas intervenções, contudo no momento atual, levando em conta a carga  
234 horária da servidora, talvez fique comprometido o atendimento de outras  
235 atividades já ofertadas pela UNIGETES. Sugeriu assim a Sra. Simone  
236 Bernardino que seja encaminhado ofício para o Sr. João Paulo para que  
237 seja discutido sobre a grande necessidade de contratação de mais técnicos



238 para que o funcionamento da UNIGETES que oferece um serviço tão  
239 importante não fique comprometido. Todos concordaram com o  
240 encaminhamento. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar eu,  
241 Wanessa Alves Ferreira, encerrei os trabalhos. Foi lavrada a presente Ata,  
242 que após aprovada e assinada, será encaminhada por e-mail.

243 Érlida Rodrigues dos Santos Almeida \_\_\_\_\_

244 Simone Coelho Bernardino \_\_\_\_\_

245 Dennes Ricardo Muneirão Bernardino \_\_\_\_\_

246 Wellington Fonseca Monteiro \_\_\_\_\_

247 Niuza Rezende Calonge \_\_\_\_\_

248 Sérgio Henrique Monteiro de Carvalho \_\_\_\_\_

249 Karina Vaz de Melo Sales Furbino \_\_\_\_\_

250 Matteus Yuri Antero Bento \_\_\_\_\_

251 Antônia Cândida Alves \_\_\_\_\_

252 Francislaine Pereira de Almeida \_\_\_\_\_

253 Renata de Fátima Silva Cordeiro \_\_\_\_\_